

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.454.316 - RJ (2019/0053955-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : N J G T
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **N. J. G. T.** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL. SENTENÇA CONDENANDO O RÉU PELA PRÁTICA DE CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, EM CONTINUIDADE DELITIVA, DELITOS DESCRITOS NO ARTIGO 217-A, NA FORMA DO ARTIGO 71, TODOS DO CÓDIGO PENAL, À PENA DE 10 (DEZ) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. APELO DEFENSIVO BUSCANDO A ABSOLVIÇÃO, POR FRAGILIDADE DE PROVAS, OU A REDUÇÃO DA PENA BASE PARA O MÍNIMO LEGAL. PRETENSÕES QUE NÃO MERECEM PROSPERAR. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE E SEGURO PARA EMBASAR O DECRETO DE CENSURA ESTAMPADO NA SENTENÇA. NEGATIVA DOS FATOS PELO APELANTE QUE RESTOU ISOLADA NO CONTEXTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. INEQUÍVOCA COMPROVAÇÃO DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVAS PELA PROVA TESTEMUNHAL, A QUAL ASSUME ESPECIAL RELEVÂNCIA NOS CRIMES SEXUAIS, AINDA MAIS QUANDO OS DEPOIMENTOS SÃO HARMÔNICOS E VEM CORROBOADOS PELA CONCLUSÃO DO ESTUDO PISCOLÓGICO. DECLARAÇÕES SEGURAS DA VÍTIMA, DE SUA GENITORA E DE SUA AVÓ, QUANTO À PRÁTICA DE SEXO ANAL, TENDO O RÉU INTRODUIDO O SEU PÊNIS NA VÍTIMA, QUE TINHA APENAS 12 (DOZE) ANOS DE IDADE, EM DOIS DIAS DISTINTOS. EXISTÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. DOSAGEM DA PENA QUE TAMBÉM NÃO MERECE RETOQUE. PENA BASE ADEQUADAMENTE EXASPERADA DA FRAÇÃO DE 1/8 (UM OITAVO) CONSIDERANDO A MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA PERPETRADA PELO ACUSADO, QUE SE PREVALECEU DA CONFIANÇA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR, POIS É COMPANHEIRO DA PRIMA DA VÍTIMA, E DO SENSO HUMANITÁRIO DA AVÓ, QUE LHE DEU ABRIGO POR VÊ-LO EXPULSO DE CASA E DORMINDO NA VARANDA, PARA PRATICAR OS CRIMES. MANUTENÇÃO DA

SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, DETERMINANDO-SE A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO, APÓS ESGOTADAS AS INSTÂNCIAS RECURSAIS ORDINÁRIAS." (e-STJ, fls. 178-180).

A defesa aponta violação ao art. 386, VII, do Código de Processo Penal, pleiteando a absolvição do acusado pela prática do crime de estupro de vulnerável, ante a insuficiência de provas para o édito condenatório.

Caso não seja esse o entendimento, pugna pela redução da pena-base para o patamar mínimo legal, aduzindo, para tanto, ofensa ao art. 59 do CP (e-STJ, fls. 203-229).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 236-242).

O recurso foi inadmitido em razão da incidência dos óbices das Súmulas 279/STF e 7/STJ (e-STJ, fls. 244-248). Daí este agravo (e-STJ, fls. 258-275).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 298-302 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhimento.

Consoante se verifica dos autos, o recorrente foi condenado nas penas do artigo 217-A, na forma do 71, ambos do Código Penal, a 10 anos e 6 meses de reclusão.

Conforme destacado pelo eminente Ministro CAMPOS MARQUES (Desembargador convocado do TJ/PR), por ocasião do julgamento do REsp 1.336.961/RN, "o entendimento desta corte é no sentido de que nos crimes sexuais, a palavra da vítima, desde que coerente com as demais provas dos autos, tem grande validade como elemento de convicção, sobretudo porque, em grande parte dos casos, tais delitos são perpetrados às escondidas e podem não deixar vestígios."

Veja-se, ainda:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. DEPOIMENTO DA VÍTIMA. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

(...)

4. Nos crimes contra os costumes a palavra da vítima assume preponderante importância, se coerente e em consonância com as demais provas coligidas nos autos, como é o caso da hipótese vertente, em que a ofendida expôs os fatos em conformidade com os demais elementos probatórios.

5. Aresto que se alinha a entendimento pacificado neste Sodalício, situação que atrai o óbice do Verbete Sumular n. 83/STJ, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea a do permissivo constitucional.

6. Agravo a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 727.704/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 7/6/2016, DJe de 13/6/2016 - grifou-se).

No caso em exame, o acórdão recorrido manteve a condenação do réu pela prática do delito tipificado no art. 217-A, c/c o art. 71, ambos do Código Penal, com base nos seguintes fundamentos:

"O réu, quando da realização de seu interrogatório em Juízo, negou os fatos que lhes foram imputados na denúncia. Disse estar sendo vítima de uma injustiça. Acrescentou que estava brigado com sua esposa, quando a vítima falou para ele ficar com ela e com sua mãe, tendo ele dito que quando ela crescesse ou sua mãe se separasse, que ele poderia casar um dia com uma das duas. Acrescentou que um dia estava na casa dos avós, quando ao dizer que ia voltar para casa de sua esposa, a vítima manifestou surpresa e dois dias depois a polícia foi na casa dele.

Esclareceu que, de fato, dormiu na casa de Dagmar, mas não teve contato com a vítima nestes dias.

Todavia, a sua versão dos fatos restou isolada no contexto probatório dos autos, eis que, ao contrário do que afirma a defesa, finda a instrução criminal, restou cabalmente comprovada a autoria e a materialidade delitivas.

A mãe da vítima, Janaína Dias de Barros, declarou que no dia 17 de julho, sua prima havia colocado o réu para fora de casa e a sua mãe, por pena, deixou ele dormir lá na casa dela no sofá. **Que ficou sabendo dos fatos através da psicóloga, tendo sua filha lhe contado que o réu abusou dela, que a chamou de madrugada e ficou com medo dele fazer maldade, tirou a roupa e ele colocou o pênis no ânus dela. Que no dia 02 de agosto, o réu foi lá quando ela estava sozinha, e não conseguiu penetrar o ânus dela, mas ejaculou.**

Acrescentou que depois destes fatos, o réu não voltou mais a mexer com sua filha, e que ela era apaixonada pelo réu e ficou com raiva dele porque ele voltou com a sua prima.

A vítima Amanda de Barros Ribeiro declarou que no dia 17 de julho estava dormindo, quando o réu a chamou passando as mãos em suas pernas e o chutou, tendo ele mandado ela levantar e a beijou na boca, e depois a mandou tirar a roupa e penetrou no seu ânus, mas começou a doer, daí ele parou e depois continuou. Que no quarto estavam dormindo sua avó e seu tio.

No dia 02 de agosto, o réu foi lá na casa de sua avó e quando viu que ela estava sozinha, falou para fazerem de novo, mas ela recusou. Que ele fechou a janela, deixou a porta aberta e insistiu, daí ela baixou a sua roupa e ele tentou colocar o pênis, mas não conseguiu e viu quando pingou uma coisa no chão.

Indagada, disse que começou a gostar do réu depois do que aconteceu, e que não ficou com raiva dele porque ele voltou para a esposa.

A avó da vítima, Dagmar Dias de Barros Leonardo, declarou que

convidou o réu para dormir em sua casa, porque ficou com dó porque estava muito frio e sua sobrinha o havia expulsado de casa. Esclareceu que não presenciou os fatos, mas soube por sua neta que haviam transado e que chegou a conversar com o réu, mas ele negou.

José Carlos Rocha de Souza declarou que é conselheiro tutelar e foi procurado pela avó da vítima, que relatou que a sobrinha havia colocado o marido para fora de casa e, por pena, deixou que ele dormisse em sua casa, quando ocorreram os fatos, tendo a vítima confirmado que tinha sido abusada pelo réu.

E, como sabido, nos crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima assume total importância, eis que se trata de delito normalmente praticado às escondidas, sem testemunhas, especialmente quando harmônicas e em consonância com a prova técnica, como no caso dos autos, não afetando a sua credibilidade o fato dela nutrir sentimentos em relação ao acusado, pois possuía apenas 12 (doze) anos de idade na época dos fatos, e, por conseguinte, não tinha maturidade suficiente para entender o que lhe havia acontecido.

(...)

Releve-se, ainda, as considerações pontuadas no relatório psicológico realizado perante o Ministério Público (pastas de nº. 000050/000056):

“Tendo por base a entrevista realizada junto a Amanda, foi possível evidenciar clareza e precisão na narrativa da mesma, que apresentou discurso coerente com os fatos descritos no Termo de Declaração, a que esta profissional signatária teve acesso, tendo a adolescente afirmado ter sido vítima de abuso sexual perpetrado pelo, Sr. Natan.

Ao que consta, os relatos da genitora e da adolescente em tela corroboram parte do que foi noticiado à Polícia; assim sendo, pude observar coesão no discurso apresentado por ambas as entrevistadas.

Salienta-se que Amanda enquanto entrevistada apresentou comportamento tranquilo e sereno em suas narrativas.

De acordo com os dados coletados Amanda possuía convivência diária com o suposto abusador, e diante deste fato, nutriu sentimento fraternal pelo aludido, tendo tal senhor ao que parece se aproveitado do afeto expressado pela infante e despertado precocemente, de maneira deturpada ao ato sexual.” (sic) **E também no relatório psicológico efetivado no curso da instrução criminal, que concluiu que (pastas de nº. 000107/000110): “A adolescente Amanda não possui plena consciência do que lhe aconteceu. Não consegue entender o significado e consequências do abuso relatado por ela. Amanda se envolveu afetivamente com Natam, queria namorá-lo e esperava que Natam fosse assumi-la como tal. Amanda se sentiu traída quando Natam reatou seu relacionamento com a esposa Jaqueline. Desta forma, contou o que tinha acontecido entre eles para psicóloga e depois repetiu para sua mãe, avó, professora e diretora da escola.**

A adolescente não apresentou mudanças em seu comportamento, continua estudando, brincando e se relacionando com os colegas como sempre fez.

O setor de psicologia sugere que seja solicitado laudo à psicóloga Sônia Brito e a continuidade do atendimento psicoterapêutico para Amanda." (sic) Do mesmo modo, a alegação de ausência de provas, tendo em vista que o laudo pericial nada atestou, não se coaduna com a realidade dos fatos, diante do transcurso de lapso temporal impeditivo de existência de vestígios da penetração anal, uma vez que o exame foi realizado em 04.08.2016 e o primeiro ato ocorreu em 17.07.2016 (pasta de nº. 000039).

Com efeito, a postura da vítima de ratificar as acusações, com riqueza de detalhes, não só em juízo, mas também perante o Conselho Tutelar, e nas entrevistas com sua psicóloga e com os peritos do Ministério Público e do Juízo, que concluíram pela fidedignidade das acusações, denota, com segurança, que os abusos não foram "inventados" por causa dos sentimentos que a vítima nutria pelo acusado, cediço que nos crimes contra a dignidade sexual, cometidos, em regra, na clandestinidade, a palavra da vítima é merecedora de especial relevância.

Dessa forma, estão plenamente caracterizadas a autoria e a materialidade do crime de estupro de vulnerável, não havendo que se falar em absolvição." (e-STJ, fl. 182-188, grifou-se).

Como se vê, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fáticos e probatórios dos autos, concluiu que a autoria e a materialidade dos crimes atribuídos ao réu, restaram de devidamente comprovados, notadamente pelos depoimentos firmes e coesos da vítima em todas as fases do processo, bem como pelos depoimentos das testemunhas e os relatórios elaborados por psicólogos credenciados.

Desse modo, o acórdão combatido não merece reforma, uma vez que a palavra da vítima foi corroborada pelas demais provas produzidas nos autos.

Anote-se, ainda, que a alteração do julgado, a fim de reconhecer que o acusado não praticou o delito que lhe foi imputado, tal como pleiteado pela defesa, demandaria, necessariamente, a incursão no material fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

"[...]

4. Consoante a jurisprudência deste Sodalício, "em delitos sexuais, comumente praticados às ocultas, a palavra da vítima possui especial relevância, desde que esteja em consonância com as demais provas acostadas aos autos" (REsp 1699051/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017).

In casu, consta do aresto combatido que a palavra da vítima foi corroborada pelos depoimentos da mãe, dos avós e de uma amiga da escola. Ademais, o psicólogo e a assistente social disseram, em juízo, "que entrevistaram L. e ela relatou os fatos conforme seu depoimento policial. Asseveraram que não havia indícios de que L. pudesse estar inventando ou fantasiando os fatos".

"[...]

7. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no HC 425.744/RO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE

ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018).

"[...]

2. Em se tratando de crimes contra a liberdade sexual, que geralmente são praticados na clandestinidade, a palavra da vítima assume relevantíssimo valor probatório, mormente se corroborada por outros elementos de prova contidos nos autos.

3. A impugnação alusiva à materialidade e à autoria do crime demandaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 563.496/PA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 22/02/2016).

Por fim, no que tange ao pedido de redução da pena-base para o patamar mínimo legal, melhor sorte não socorre ao recorrente. Isso porque, o aresto recorrido manteve a valoração negativa das circunstâncias do crime, com base em fundamentos idôneos. A propósito, confira-se o seguinte trecho extraído do aresto impugnado, que bem elucida a questão:

"Extraí-se da prova dos autos que Dagmar convidou o réu para dormir em sua casa, porque ficou com dó porque estava muito frio e sua sobrinha, companheira dele desde 2007, o havia expulsado de casa, e ele estava dormindo na varanda, ocasião em que, **prevalecendo-se da confiança desta e da relação familiar, praticou o crime, o que, de fato, evidencia a alta reprovabilidade das circunstâncias dos crimes, pelo que apresenta-se adequada e proporcional a exasperação da pena base operada na sentença, da fração de 1/8 (um oitavo), ficando em 09 (nove) anos de reclusão**, a qual foi exasperada da fração mínima de 1/6 (um sexto) pela prática de dois crimes em continuidade delitiva, ficando a pena definitiva em 10 (dez) anos e 06 (Seis) meses de reclusão, em regime fechado.

Nesse contexto, não se verifica a apontada ilegalidade, decorrente da exasperação da sanção básica na fração de 1/8 (um oitavo), pois, conforme demonstrado, o réu aproveitou-se da relação de confiança e familiar existente com a Sra. Dagmar, avó da vítima, para praticar o delito.

Ante o exposto, conheço do agravo, para, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil, c/c art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

